

## Recuo do governo reforça o embate sobre taxaço de compras no Exterior

COMÉRCIO ELETRÔNICO

# Governo quer criar imposto digital

Após o governo federal recuar da decisão de taxar as compras internacionais entre pessoas físicas de até US\$ 50, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o Executivo pretende solucionar a questão da taxaço de e-commerce seguindo o exemplo de países desenvolvidos, com a implantação de um digital tax (imposto digital).

O ministro também disse que a alternativa atende à sinalização do presidente Luiz. Inácio Lula da Silva, que pediu solução administrativa negociada com o comércio eletrônico.

Quando o consumidor comprar, estará desonerado de qualquer recolhimento de tributo. Será feito pela empresa sem repassar nenhum custo adicional – declarou Haddad.

O ministro não deu mais detalhes sobre a proposta. A ideia não seria criar um novo tributo, mas intensificar a cobrança “na fonte”, ou seja, antes do despacho das mercadorias.

Questionado sobre garantias de que não haverá repasse de custo ao consumidor, Haddad afirmou que é “compromisso deles”, em referência às empresas que aderiram ao plano de conformidade da Receita Federal.

A declaração foi dada após reunião do ministro com representantes da varejista chinesa Shein, em São Paulo. Na ocasião, a marca de e-commerce divulgou que fará investimentos de cerca de R\$ 750 milhões para gerar até 100 mil empregos diretos e indiretos no Brasil nos próximos três anos. A intenção é estabelecer uma parceria com fabricantes nacionais para nacionalizar parte da produção.

Haddad chegou a dizer em entrevista, antes do anúncio oficial da Shein, que a empresa pode nacionalizar 85% de suas vendas em quatro anos.

A Shein ainda afirmou que passará a hospedar vendedores locais em sua plataforma, transformando o site em um marketplace no

“**6** Nós apreciamos o comércio eletrônico, nada contra, mas queremos condições competitivas para que nós não prejudiquemos empregos no Brasil, as lojas do varejo brasileiro.”

**FERNANDO HADDAD**  
Ministro da Fazenda

país, algo que vinha, segundo a empresa, sendo testado desde 2022. Em nota, a varejista afirmou que o onshoring (produção no mercado onde o bem será consumido) da manufatura “também contribuirá para a competitividade geral da indústria têxtil com o potencial de aumentar as exportações”.

Segundo Haddad, a Shopee já havia endereçado uma carta ao governo afirmando que também irá aderir ao plano de conformidade. A mesma sinalização foi dada pela AliExpress, que se reuniu

com o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galpoldo. Haddad ponderou que ainda há etapas a cumprir e que, se necessário, podem ocorrer graduações das medidas para incorporar essas transações para dentro da ordem legal tributária brasileira, mas que o princípio do plano é garantir justiça.

– Nós queremos investimentos estrangeiros, nós apreciamos o comércio eletrônico, nada contra, mas queremos condições competitivas para que nós não prejudiquemos empregos no Brasil, as lojas do varejo brasileiro, nós queremos que as pessoas tenham as mesmas condições.

### Críticas

O recuo do governo em relação à taxaço das encomendas internacionais gerou críticas de entidades do setor varejista. Segundo elas, a decisão manterá situação de concorrência desleal entre as empresas brasileiras e estrangei-

ras, em especial as chinesas.

Para Mauro Francis, presidente da Associação Brasileira dos Lojistas Satélites (Ablos), a decisão é “lamentável” e pode gerar onda de desemprego no setor. Isso porque o impacto que as vendas de produtos internacionais sem taxaço têm é expressivo e envolve desde pequenas empresas até grandes varejistas.

– Na hora que o governo recua, o que espero é que cumpra com a legislação em vigor, onde produtos que são adquiridos, que não sejam de pessoas físicas, sejam tributados. Como eles vão fazer isso, não sei – afirmou Francis.

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvites), Edmundo Lima, a entidade sempre buscou a aplicação da legislação já vigente no país.

– A gente está colocando em risco todo o parque industrial brasileiro de produção de vestuário e calçado – alegou, citando que a situação pode aumentar o nível de desemprego.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Política **Página:** 7